

Concurso Público para provimento de vagas nos cargos de

**Fiscal Estadual Agropecuário
Médico Veterinário**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Objetivos são alcançados com disciplina e perseverança.

- Verifique se este caderno:
- Corresponde a sua opção de cargo.
- Contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 (três) horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

Paisagens e riquezas

Se pudéssemos viajar por diferentes estradas do país, e em diferentes épocas, ficaríamos espantados com a variedade de plantações com que nos depararíamos. Ao longo de algumas poucas incursões minhas pelo interior de minha região, fui encontrando mares de cana, de algodão, de laranjeiras, de café, de soja, de milho e sei lá quantos mais cultivos, espelhando ciclos econômicos os mais variados. Com frequência, essas paisagens vegetais faziam parceria com instalações industriais, deixando clara a proeminência do agronegócio em nosso país.

Como sou sentimental, não me rejo apenas pelo aspecto econômico dos bons negócios; deixo-me envolver pela sedução poética que os quadros exercem sobre mim. Lembro-me, por exemplo, da melancolia com que vi desaparecer os algodoais, que regularmente floresciam com suas vestes brancas, para darem lugar ao verdor da cana mais prosaica, que viraria álcool. “O Brasil se dá ao luxo de plantar seu combustível”, diziam, não sem razão, os nacionalistas mais entusiasmados.

O fato é que nosso país está habilitado a explorar e produzir uma inimaginável gama de riquezas, a partir da diversidade de suas terras, de seus climas, de seus relevos. Por conta dessas variações, são múltiplas também as atividades pecuárias e as industriais, que a elas se atrelam. O lugar-comum de que o Brasil é um país generosamente atendido em suas formações naturais confirma-se com as paisagens tão variadas que desfilam diante do viajante. É desafio nosso cultivar, processar e distribuir com empenho os produtos dessa riqueza disponível.

(Percival de Holanda, inédito)

1. A pluralidade das plantações que se oferecem a um viajante nos diferentes espaços e épocas do nosso país tem sua razão de ser indicada no seguinte segmento do texto:
 - (A) *essas paisagens vegetais faziam parceria com instalações industriais* (1º parágrafo)
 - (B) *deixando clara a proeminência do agronegócio em nosso país* (1º parágrafo)
 - (C) *espelhando ciclos econômicos os mais variados*. (1º parágrafo)
 - (D) *não me rejo apenas pelo aspecto econômico dos bons negócios* (2º parágrafo)
 - (E) *O Brasil se dá ao luxo de plantar seu combustível* (2º parágrafo)
2. Num texto orientado para informações objetivas, pode haver observações que vão além da pura objetividade ou constatação de fatos, tal como ocorre com **ambos** os segmentos indicados em
 - (A) *Se pudéssemos viajar por diferentes estradas do país / faziam parceria com instalações industriais* (1º parágrafo)
 - (B) *a melancolia com que vi desaparecerem / darem lugar ao verdor da cana mais prosaica* (2º parágrafo)
 - (C) *floresciam com suas vestes brancas / diziam (...) os nacionalistas mais entusiasmados* (2º parágrafo)
 - (D) *nosso país está habilitado a explorar / produzir (...) a partir da diversidade de suas terras* (3º parágrafo)
 - (E) *paisagens tão variadas que desfilam / são múltiplas também as atividades pecuárias* (3º parágrafo)
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *Ao longo de algumas poucas incursões minhas* (1º parágrafo) = à medida que eu descortinava.
 - (B) *espelhando ciclos econômicos* (1º parágrafo) = simulando rotações da economia.
 - (C) *faziam parceria com instalações* (1º parágrafo) = duplicavam-se em empreendimentos funcionais.
 - (D) *não me rejo apenas pelo aspecto econômico* (2º parágrafo) = não me seduz o tino comercial.
 - (E) *habilitado a explorar e produzir* (3º parágrafo) = apto a tirar proveito e a criar.
4. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) É tamanha a diversidade de paisagens em nosso país, onde se reflete ao longo do tempo, em registro dos motivos econômicos que àquela se liga.
 - (B) Cada viajante reage a seu modo diante dos quadros naturais que percorre, cada um deles proporcionando-o um tipo de sentimento, de acordo com a sua personalidade.
 - (C) É cada vez mais patente e vantajoso que tanto a indústria quanto a agricultura se deem as mãos afim de somar forças em seus respectivos campos de negócio.
 - (D) Lamenta o autor que os brancos algodoais que floresciam na paisagem tenham dado lugar aos canaviais, que ele considera mais prosaicos, ou menos poéticos.
 - (E) A frase citada à propósito do álcool, remonta ao tempo onde a crise energética petrolífera insitou nosso país a buscar novas alternativas, em vista de sua escassez.



5. Há construção na **voz passiva** e pleno atendimento das normas de **concordância verbal** na frase:
- (A) Dá-se ao agronegócio, com toda a razão, os estímulos que cabem para fazê-lo prosperar e, com isso, alavancarem novas oportunidades de emprego na região.
 - (B) Na esteira dos aspectos econômicos de novos empreendimentos ocorrem, eventualmente, o efeito de mudanças outras, que o interesse comercial acaba por estimular.
 - (C) Os campos brancos de algodão acabaram por dar lugar aos campos verdes da cana, mudança que não foi bem absorvida pelos sentimentos poéticos do autor.
 - (D) Também as atividades pecuárias se desenvolvem muito, caso as estimulem uma sequência de negócios proporcionada por alguma instalação industrial voltada para esse setor.
 - (E) Basta que se viajem por este país tão diversificado para que as pessoas se deem conta da nossa enorme riqueza natural, à espera de novos empreendimentos que suscitam.

6. *Se pudéssemos viajar por diferentes estradas do país (...), ficaríamos espantados com a variedade de plantações com que nos depararíamos.* (1º parágrafo)

A frase acima continuará correta caso se substituam os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) atônitos diante da / que avistaríamos
- (B) perplexos mediante a / em que assistiríamos
- (C) aturdidos com cuja / de que testemunharíamos
- (D) surpresos na / de cujas daríamos conta
- (E) pasmos porquanto a / nas quais nos confrontaríamos

Atenção: As questões de números 7 a 11 referem-se ao texto seguinte.

Explicar ou compreender?

Muitas coisas podemos explicar sem, propriamente, compreender. Mas a pessoa humana, em sua dimensão mais íntima e profunda, só pode ser compreendida, jamais explicada. Posso explicar, segundo a lei da gravidade, a queda de uma pedra do décimo andar de um edifício. A pedra está totalmente sujeita à lei da gravidade, que a determina por inteiro, de modo a permitir uma explicação cabal desse fenômeno físico, dentro do princípio estrito da causalidade mecânica. Se, entretanto, um homem desesperado atira-se desse mesmo andar, o fato passa a pertencer a nível fenomênico inteiramente distinto. Posso explicar a queda do seu corpo pela mesma lei da gravitação, mas, nessa medida, estou a assimilá-lo à pedra, e meu juízo é apenas o de um físico interessado na queda dos corpos. Se quero interpretar o seu gesto, tenho que compreendê-lo em seu significado, tenho que aceitá-lo em sua irredutível integridade. Será sempre um ato significativo, pleno de interioridade; uma resposta criadora da vontade, embora destrutiva, de uma liberdade pessoal acuada, frente a uma situação interna insuportável.

Se a pessoa humana é explicada, e não compreendida, destroem-se sua escolha e sua liberdade e, assim, degrada-se a sua história existencial. Sem liberdade interior não há história a ser compreendida, só fenômenos mecânicos. O homem, como pessoa, é um permanente emergir da necessidade, e essa emergência transcendente constitui o seu projeto como ser-no-mundo – projeto que não se pode explicar, mas que se deve buscar compreender.

(Adaptado de: PELLEGRINO, Hélio. **Lucidez embriagada**. São Paulo: Planeta, 2004, p. 28-29)

7. Diferentemente do que constitui uma **explicação**, a **compreensão** do gesto de uma pessoa humana se dá quando se
- (A) qualifica uma ação produzida por força das circunstâncias físicas que a determinam.
 - (B) percebe que o ato foi produzido pelo sujeito de modo absolutamente involuntário.
 - (C) reconhecem os motivos íntimos que levaram o sujeito a agir de determinado modo.
 - (D) valoriza esse gesto como um fenômeno decorrente de uma pressão externa.
 - (E) constata os impulsos mecânicos que levaram alguém a expandir seus desejos.

8. Articulam-se como uma **causa** e seu **efeito**, nesta ordem, os seguintes segmentos:

- (A) *Muitas coisas podemos explicar / sem, propriamente, compreender* (1º parágrafo)
- (B) *Posso explicar a queda do seu corpo / pela mesma lei da gravitação* (1º parágrafo)
- (C) *uma resposta criadora da vontade / de uma liberdade pessoal acuada* (1º parágrafo)
- (D) *destroem-se sua escolha e sua liberdade / degrada-se a sua história existencial* (2º parágrafo)
- (E) *projeto que não se pode explicar / mas que se deve buscar compreender* (2º parágrafo)

9. Deve-se entender que a afirmação *o fato passa a pertencer a nível fenomênico inteiramente distinto* (1º parágrafo) é feita em **oposição** ao que se indica em

- (A) *A pedra está totalmente sujeita à lei da gravidade*
- (B) *a pessoa humana (...) só pode ser compreendida*
- (C) *tenho que compreendê-lo em seu significado*
- (D) *uma resposta criadora da vontade*
- (E) *um permanente emergir da necessidade*



10. Se quero interpretar o seu gesto, tenho que compreendê-lo em seu significado, tenho que aceitá-lo em sua irredutível integridade.
- A frase acima ganha nova e correta redação, mantendo-se seu sentido essencial, na seguinte versão:
- (A) Desejando-se explicar tal gesto, há de se compreender-lhe com o sentido íntegro em que se interpreta, no qual se resguarda.
- (B) Seu gesto, para mim interpretá-lo, devo entender no seu sentido integral, razão pela qual tenho de aceitá-lo irredutivelmente.
- (C) A menos que queira compreender seu gesto, ao interpretar-lhe com integridade, devo aceitar-lhe a forma irredutível a que se deu.
- (D) Para interpretar, ainda que de modo irredutivelmente íntegro, devo compreender o significado de seu gesto, por conseguinte aceitando-o.
- (E) Uma vez que aceite seu gesto em sua cabal integridade, impondo-me compreender o seu significado, habilito-me a interpretá-lo.
11. Classificam-se como **sujeito (S)** e **complemento (C)** da mesma forma verbal os termos destacados em
- (A) Uma pessoa **complexa (S)** só pode ser **compreendida (C)**, jamais explicada.
- (B) **A transcendência (S)** constitui **o seu projeto (C)** como ser-no-mundo.
- (C) Pode-se explicar **a lei da gravidade (C)** pelos **princípios da Física (S)**.
- (D) Sem **liberdade interior (C)** não há **história (S)** a ser compreendida.
- (E) A queda de **um homem desesperado (S)** não é **equivalente (C)** à de uma pedra.
12. É plenamente adequada a **pontuação** da seguinte frase:
- (A) Não obstante, as opiniões em contrário, há quem admita que, o ser humano, jamais pode ser explicado, mas tão somente compreendido.
- (B) O escritor Machado de Assis notadamente um mestre da ironia, já comparou o fenômeno da traição amorosa, com a naturalidade de uma pedra que cai.
- (C) O autor do texto em foco, Hélio Pellegrino, era, além de escritor muito talentoso, um renomado, inquieto e politizado psicanalista.
- (D) Uma tragédia humana a rigor, não se explica, tal como a entende o autor do texto, no qual aliás, nos lembra a diferença entre explicar e compreender.
- (E) Distinguir entre explicar e compreender, constitui uma obrigação especialmente para aqueles, que narram os fatos, e interpretam uma notícia.

Atenção: As questões de números 13 a 15 referem-se ao texto seguinte.

[Sobre a amizade]

Entre parentes, a natureza dispôs com efeito uma espécie de amizade; mas ela não é de uma resistência a toda prova. Assim, a amizade vale mais que o parentesco, em razão de o parentesco poder se esvaziar de toda afeição, ao passo que a amizade não: retire-se a afeição, e não haverá mais amizade digna desse nome, mas o parentesco sempre subsiste.

(Adaptado de: CÍCERO. **Saber envelhecer**. Trad. de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 1997, p. 85)

13. Conferindo-se bem o sentido de todas as expressões do texto, resulta que a ideia central é a de que a amizade
- (A) não é de uma resistência a toda prova porque, ao contrário do parentesco, ela não supõe um vínculo permanente.
- (B) vale mais que o parentesco porque ela depende da intensidade e duração de uma afeição real.
- (C) fragiliza-se com o tempo, também em razão de o parentesco poder se esvaziar de toda afeição.
- (D) não haverá mais, digna desse nome, no caso de se confundir com uma simples condição de parentesco.
- (E) ocorre com intensidade máxima entre parentes, conforme a natureza dispôs.
14. Mantêm-se, em linhas gerais, a correção e o sentido do texto, caso se substitua o elemento sublinhado por aquele que se indica entre parênteses em:
- (A) a natureza dispôs com efeito uma espécie de amizade (**efetivamente um tipo**).
- (B) mas ela não é de uma resistência a toda prova (**consistente a revelia**).
- (C) a amizade vale mais que o parentesco (**mais preferível do que**).
- (D) em razão de o parentesco poder se esvaziar de toda afeição (**vier a se debilitar em**).
- (E) retire-se a afeição, e não haverá mais amizade (**conquanto não exista**).
15. (...) retire-se a afeição, e não haverá mais amizade digna desse nome, mas o parentesco sempre subsiste.
- Alterando-se as formas verbais sublinhadas na frase acima, manter-se-á uma correta articulação temporal entre elas caso sejam substituídas, respectivamente, por:
- (A) fosse retirada – não terá havido – subsistiu
- (B) venha a retirar-se – não haveria – subsistirá
- (C) retiremos – não haja – subsistira
- (D) retirássemos – não haveria – subsistiria
- (E) retirou-se – tem havido – subsista



Noções de Informática

16. Uma agência recebe o sinal da internet via cabo de fibra ótica em um modem, que está ligado a um dispositivo que funciona como um ponto de encontro, distribuindo o sinal da internet para todos os computadores e permitindo que eles se comuniquem por cabos de rede. Nesta situação, esse dispositivo é:
- (A) *switch*.
 (B) *web server*.
 (C) *firewall*.
 (D) *hub USB*.
 (E) *dmz server*.

17. Um Fiscal Agropecuário recebe de seu gestor, por *e-mail*, um arquivo no formato RAR e um arquivo no formato ZIP. Ambos são arquivos
- (A) de dados, que precisarão de um *software* gerenciador de banco de dados para serem abertos.
 (B) compactados, que precisarão de *softwares* como WinRAR e Winzip para serem descompactados.
 (C) de imagens, que poderão ser abertos por aplicativos nativos do Windows como o *Paint*.
 (D) compactados, que só poderão ser abertos por meio do aplicativo Winzip do Windows.
 (E) de dados que contêm vírus, pois estes formatos são os preferidos por *hackers* para espalhar *malware*.

18. Um Fiscal Agropecuário irá desenvolver o organograma do departamento onde trabalha, de forma a deixar claros os níveis hierárquicos, utilizando o Microsoft Word 2010 em português. Ele terá que utilizar no documento do Word um elemento gráfico
- (A) ClipArt, disponível no grupo Design da guia Ilustrações.
 (B) Fluxograma, disponível no grupo Design da guia Página Inicial.
 (C) criado em outro software, pois o Word não dá suporte para a criação de organogramas.
 (D) SmartArt, disponível a partir do grupo Ilustrações da guia Inserir.
 (E) WordArt, disponível a partir do grupo Design da guia Inserir.

19. Um Fiscal Agropecuário desenvolveu a planilha abaixo, onde constam hipoteticamente o controle da primeira etapa de vacinação contra a febre aftosa em algumas cidades do Maranhão, utilizando o Microsoft Excel 2010, em português.

	A	B	C	D	E
1	CIDADE	ESTOQUE	CHEGADA	SAÍDA	SALDO
2	Jatobá	1500	500	200	1800
3	São Luís	4800	1300	1000	5100
4	Colinas	1100	300	190	1210
5	TOTAL	7400	2100	1390	8110

Na célula E2 foi utilizada uma fórmula que foi arrastada para as células E3 e E4, realizando os cálculos automaticamente. A fórmula utilizada foi

- (A) = (B2 ; C2) - D2
 (B) =CALCULAR (B2+C2 -D2)
 (C) =SOMA (B2 : C2 -D2)
 (D) = [B2+ (C2 -D2)]
 (E) =SOMA (B2 ; C2) -D2
20. O campo para pesquisar programas e arquivos da área de trabalho do Windows 7, em português, permite localizar rapidamente ferramentas e recursos do Windows, sem a necessidade de procurá-los nos menus. Uma ferramenta que pode ser localizada e acessada por meio desse campo abrirá uma tela onde será possível gerenciar os processos em execução, encerrar programas problemáticos e verificar quanto do processador e da memória estão sendo utilizados. Trata-se da ferramenta conhecida como
- (A) Gerenciador de Dispositivos.
 (B) Painel de Controle.
 (C) Central de Gerenciamento.
 (D) Central Administrativa.
 (E) Gerenciador de Tarefas.
21. Após utilizar o Google Chrome, em português, em um computador de uso público na organização, um Fiscal Agropecuário resolveu limpar o histórico de navegação da última hora de uso do navegador. Ele poderá selecionar que tipo de dado deseja limpar na janela que se abre após clicar no ícone da ferramenta para personalizar e controlar o Google Chrome, que fica no canto superior direito da tela, selecionando a opção
- (A) Limpar dados de navegação e clicando na opção Cache do navegador.
 (B) Configurações e clicando na opção Limpar dados de navegação.
 (C) Mais ferramentas e clicando na opção Limpar dados de navegação.
 (D) Configurações e clicando na opção Excluir dados armazenados.
 (E) Histórico de navegação e clicando na opção Dados armazenados.



22. Redes Wi-Fi públicas estão disponíveis em muitos lugares, como cafés, hotéis e aeroportos. Acessar essas redes representa riscos de segurança para as informações pessoais. Uma solução segura para acesso a redes Wi-Fi públicas é
- (A) utilizar *smartphones* com sistema operacional que seja imune à ataques de *hackers*.
 - (B) usar o navegador no modo anônimo, impedindo assim que um *hacker* intercepte os dados.
 - (C) utilizar uma solução de *Virtual Private Network* (VPN) para garantir a privacidade e o anonimato.
 - (D) adotar um sistema de comunicação via *bluetooth*, que garante segurança usando criptografia assimétrica.
 - (E) habilitar o *firewall* do sistema operacional do dispositivo que será usado para acessar a rede.

Atualidades

23. Leia a notícia abaixo.

Uma vitória histórica e importante para os trabalhadores e a população brasileira. O Supremo Tribunal Federal – STF confirmou na quarta-feira (29/11/2017) o banimento total do produto – fibra cancerígena – em todo o país. Por 7 votos a 2, está proibida a extração, industrialização, comercialização e a distribuição da fibra tipo crisotila, usada na fabricação de produtos destinados à construção.

A decisão inédita do STF não permite nem o Congresso Nacional aprovar outra lei para o uso do produto.

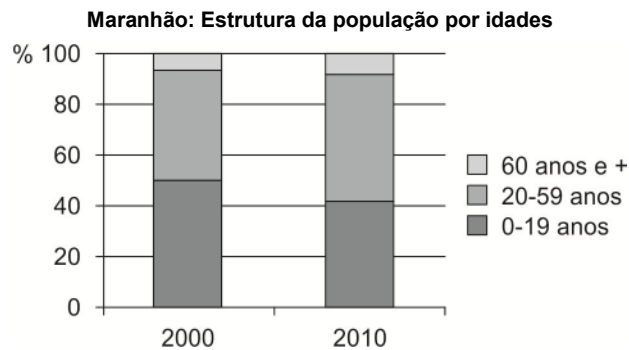
(Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br>)

O conteúdo da notícia refere-se à proibição do

- (A) chumbo, produto adicionado às peças cerâmicas e tintas.
 - (B) zinco, componente principal de calhas e telhas especiais.
 - (C) amianto, produto adicionado para aumentar a durabilidade do cimento.
 - (D) zinco, importante na produção de tintas e ferragens.
 - (E) amianto, importante na fabricação de telhas e caixas d'água.
-
24. O artigo 5º da Constituição Federal é claro no que se refere ao direito à informação. Considere:
- I. Há informações cujo sigilo é imprescindível à segurança da sociedade e, portanto, podem ser negadas.
 - II. Os órgãos públicos são responsáveis por fornecer informações para interesses individuais dentro de prazos nunca superiores a 48 horas.
 - III. As informações são asseguradas a todos, independente do pagamento de taxas ou quaisquer outros ônus.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e III.
 - (C) I e II.
 - (D) II.
 - (E) II e III.
-
25. Sobre as condições climáticas do Maranhão, é correto afirmar que
- (A) em consequência das baixas latitudes e das fracas altitudes, as temperaturas médias anuais do estado variam entre 27 e 29 °C.
 - (B) devido ao efeito da continentalidade, as amplitudes térmicas anuais são maiores no litoral e pouco significativas no interior.
 - (C) em decorrência das características físicas (vegetação, relevo, maritimidade) há pequena variação anual da umidade relativa do ar.
 - (D) a distribuição das precipitações médias anuais evoluem de SE para NW onde é possível atingir valores acima de 2500 mm.
 - (E) a dinâmica atmosférica do estado sofre a influência do revezamento entre as massas de ar tropical atlântica e tropical continental.



26. Considere o gráfico abaixo.

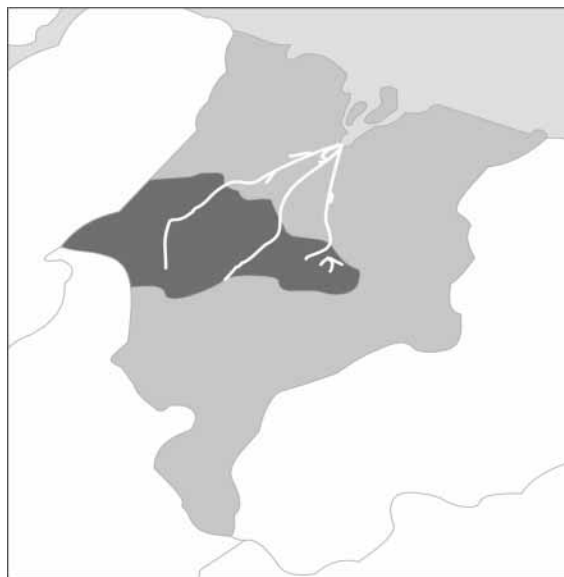


(Disponível em: www.ibge.gov.br)

De acordo com a leitura do gráfico e os conhecimentos sobre a população do Maranhão, é correto afirmar:

- (A) A população maranhense passa por um processo de envelhecimento.
- (B) O forte crescimento vegetativo explica o predomínio da população jovem.
- (C) Os migrantes têm pequena participação na faixa de população adulta.
- (D) A faixa de população jovem deverá ser predominante nas próximas décadas.
- (E) O percentual de população idosa é maior na área rural maranhense.

27. Considere o mapa abaixo.



(Disponível em: <https://www.embrapa.br>)

O estado do Maranhão apresenta 19 domínios geomorfológicos. Sobre o domínio destacado no mapa é correto afirmar que se trata de

- (A) um conjunto de superfícies tabulares elevadas e delimitadas em rebordos erosivos, por onde se encaixam vales incisos e aprofundados apresentando desnivelamentos locais, por vezes superiores a 100 m; os interflúvios localizados na porção leste desse domínio apresentam predomínio de baixos platôs dissecados, francamente entalhados por uma rede de drenagem de média a alta densidade.
- (B) um conjunto de extensas superfícies planálticas pouco dissecadas e posicionadas em cotas baixas, entre 150 m e 250 m; esses baixos platôs são entalhados por uma rede de drenagem de dendrítica a subdendrítica, de baixa a moderada densidade. Em restritas porções com alta densidade de drenagem, os baixos platôs estão francamente dissecados, em relevo de colinas tabulares.
- (C) um relevo caracterizado por um conjunto de superfícies planálticas de extensos topos planos e não dissecados – chapadões – que se destacam, topograficamente, por meio de escarpas rochosas, cerca de 150 m a 250 m acima do nível de base regional demarcado pelas superfícies aplainadas, desenvolvidas a partir da abertura dos principais vales na região e do recuo regressivo das escarpas de borda de chapada.
- (D) uma vasta superfície de aplainamento pontilhada por relevos residuais sob a forma de mesetas e morros-testemunhos, com caimento geral de leste para oeste; em direção à calha do Rio Tocantins, drenados pelos vales de vários rios (todos afluentes do Rio Tocantins), além dos altos cursos dos rios Mearim e Itapecuru.
- (E) extensa área planáltica com topos planos e não dissecados alçadas em cotas que variam entre 350 m e 600 m de altitude e levemente adernadas para norte; a superfície planáltica, foi profundamente entalhada por uma rede de vales encaixados; área apresenta alta vulnerabilidade a processos erosivos e a movimentos de massa.



28. O arroz no Maranhão é um produto de grande importância em vários aspectos, com destaque social, devido seu importante papel na segurança alimentar, e econômico, pelo seu potencial de geração de renda. Uma das características da orizicultura maranhense é
- (A) que a produtividade média do arroz no estado é semelhante à média nacional que está em torno de 4.500 kg/ha.
 - (B) cerca de 30% dos 217 municípios do estado apresentam cultivos e produção de arroz.
 - (C) que as microrregiões Sudeste e Sul do estado são as que mais se destacam na produção.
 - (D) a grande concentração dos cultivos do produto no leste, principalmente nas proximidades do rio Parnaíba.
 - (E) que a quase a totalidade do arroz produzido vem de propriedades com menos de 50 ha e com baixa produtividade.
-
29. Em termos regionais, o estado do Maranhão ocupa a 4ª posição quanto à importância do setor industrial. Este setor
- (A) recebeu maior impulso no início do século XXI, quando foram instaladas as indústrias metalúrgicas que passaram a ser o carro-chefe do processo industrializante.
 - (B) teve forte impulso entre as décadas de 1950 e 1960, quando o plano das Metas de Juscelino Kubitschek facilitou o desenvolvimento de setores produtivos maranhenses.
 - (C) cresceu de forma expressiva nos anos de 1970, quando o “milagre brasileiro” promoveu a descentralização das atividades industriais até então concentradas no Sudeste.
 - (D) passou a apresentar maior crescimento nas últimas décadas do século XX com os incentivos fiscais dos governos federal e estadual e as facilidades de crédito para atrair investidores.
 - (E) permaneceu pouco expressivo até os anos de 1990, quando o Estado brasileiro retornou o papel de indutor do desenvolvimento, aplicando capitais em vários estados, inclusive no Maranhão.
-
30. De acordo com a Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão, *ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório. Sobre o estágio probatório são feitas as seguintes afirmações:*
- I. O estágio tem a duração de 18 meses, prorrogáveis por mais 4 meses a critério do superior hierárquico.
 - II. A assiduidade e a produtividade serão objetos de avaliação para o desempenho do cargo.
 - III. Findo o estágio, o servidor aprovado adquirirá estabilidade, caso contrário será exonerado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II e III.
 - (C) I e II.
 - (D) II.
 - (E) I e III.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Sobre o Programa Nacional de Sanidade Agrícola – PNSA, é correto afirmar:
- (A) Os núcleos de reprodução de matrizes, avós ou bisavós das aves, nem sempre possuem localização geográfica adequada mas devem ter, constantemente, um médico veterinário credenciado responsável pela atividade.
 - (B) Os estabelecimentos avícolas que se dediquem ao comércio regional de aves não necessariamente estarão registrados pelos serviços oficiais e operarão sob a responsabilidade de um médico veterinário credenciado.
 - (C) Para efeito de registro e habilitação, os estabelecimentos avícolas serão classificados como: núcleo de cultura de matrizes e incubatórios de ovos inférteis, sempre com médico veterinário credenciado como responsável.
 - (D) As normas aprovadas serão aplicadas nos estabelecimentos avícolas que se dediquem ao comércio internacional, no nível regional do MERCOSUL (Estados-Partes), de aves de um dia e ovos férteis para incubação.
 - (E) Para facilitar a higiene e o controle sanitário dos núcleos de reprodução de matrizes, avós ou bisavós das aves, estes devem ter cercas de segurança com inúmeras entradas e contar com um médico veterinário credenciado.
-
32. Em 2008 foi instituído o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento visando o fortalecimento do complexo agropecuário dos equídeos, por meio de ações de vigilância e defesa sanitária animal. O PNSE
- (A) promove o controle do trânsito de aves e caprinos dentro do território brasileiro e países vizinhos.
 - (B) promove a educação sanitária dos animais invertebrados do complexo agropecuário brasileiro.
 - (C) incentiva estudos epidemiológicos relacionados à agropecuária em nível internacional.
 - (D) tem como objetivo prevenir, diagnosticar, controlar e erradicar doenças que possam causar danos ao complexo agropecuário dos equídeos.
 - (E) apenas destina-se ao cadastramento de doenças virais de notificação obrigatória nos estados nordestinos.
-
33. Sobre o Programa Nacional de Erradicação e Prevenção de Febre Aftosa – PNEFA, considere:
- I. Desde o século XIX a febre aftosa, uma doença animal transmitida por vírus, impacta a produtividade da pecuária brasileira, notadamente os bovinos e suínos, configurando-se como uma barreira sanitária para as exportações.
 - II. Em 1992 foi lançado o PNEFA como uma estratégia pontual com diretriz definida pela Organização Mundial de Saúde.
 - III. O PNEFA teve bons resultados.
 - IV. A execução do PNEFA é compartilhada entre os diferentes níveis de hierarquia do serviço veterinário oficial sem a participação do setor privado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) II e IV.
 - (C) I e IV.
 - (D) I e II.
 - (E) I e III.
-
34. O Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros – PNCRH busca reduzir a prevalência da doença na população de herbívoros domésticos tendo como estratégia de atuação:
- (A) controle da população de herbívoros; da vacinação dos herbívoros selvagens em situações gerais; da vigilância de endemias; da educação em saúde humana.
 - (B) controle da população de transmissores; da vacinação dos herbívoros domésticos em situações específicas; da vigilância epidemiológica; da educação em saúde animal.
 - (C) descontrole da população de mamíferos; da vacinação dos herbívoros em situações de risco; da vigilância sanitária; da educação em saúde mental.
 - (D) ajuste da população de animais decompositores; da vacinação dos herbívoros aquáticos em situações inespecíficas; da vigilância de incidência de doenças virais; da educação em saúde animal.
 - (E) controle da população de transmissores; da vacinação dos herbívoros selvagens em situações gerais; da educação em saúde animal.



35. A Encefalopatia Espongiforme Bovina é uma zoonose fatal, transmissível aos humanos, com a ingestão de tecidos infectados. Foi criado o Programa Nacional de Prevenção e Vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina – PNEEB, composto por subprogramas que atuam na cadeia epidemiológica. Especificamente tais subprogramas referem-se ao controle
- I. da importação e seu monitoramento.
 - II. em estabelecimentos de abate de ruminantes.
 - III. de processadores de resíduos de origem animal.
 - IV. de alimentos para ruminantes, com fiscalização para prevenir a contaminação de alimentos destinados a esses animais com produtos de origem animal proibidos.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, II, III e IV.
 - (B) III e IV, apenas.
 - (C) IV, apenas.
 - (D) II, apenas.
 - (E) III, apenas.
-
36. O Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovinos – PNSCO, visando prevenir, controlar ou erradicar doenças que possam comprometer o rebanho caprino e ovino nacional, promove, dentre outras, as seguintes atividades:
- (A) intervenção imediata quando da suspeita ou ocorrência de doença de notificação facultativa; fiscalização da gestão da propriedade sendo visitada.
 - (B) cadastramento, fiscalização e certificação ambiental de estabelecimentos; fiscalização e controle do falecimento de bovinos.
 - (C) educação sanitária; estudos epidemiológicos; fiscalização e controle do trânsito de caprinos e ovinos.
 - (D) intervenção facultativa, apenas por precaução quando da suspeita de doença de notificação; notificação de todas as propriedades com animais em tratamento orgânico.
 - (E) educação para prevenção de moléstias dos bovinos; estudos genéticos; prevenção de parasitose em mamíferos.
-
37. O abate de bovinos e suínos, bem como de outras espécies animais, realizado para obtenção de carne e de seus derivados, e os demais processamentos industriais da carne, são regulamentados por uma série de normas sanitárias destinadas a dar segurança alimentar aos consumidores destes produtos. Assim, os estabelecimentos do setor de carne e derivados em situação regular, trabalham sob inspeção e fiscalização contínuas dos órgãos responsáveis pela vigilância sanitária.
- Visando atender às exigências sanitárias e aos requisitos de qualidade atuais do mercado interno e dos principais mercados internacionais, os sistemas tradicionais de Inspeção e Controle da Qualidade, objetivam melhorias de desempenho relativas à eficiência, eficácia e relevância social na atividade de assegurar a qualidade dos alimentos, no âmbito de um sistema de gerenciamento da qualidade do processo industrial, passando a utilizar o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC, ou *Hazard Analysis and Critical Control Points* – HACCP, definido como
- (A) um sistema de análise que identifica perigos específicos e medidas preventivas para seu controle, objetivando a segurança do alimento, e contempla para a aplicação, nas indústrias sob Serviço de Inspeção Federal, também os aspectos de garantia da qualidade e integridade econômica, baseando-se na prevenção, eliminação ou redução dos perigos em todas as etapas da cadeia produtiva.
 - (B) um sistema de causas potenciais de danos inaceitáveis que possam tornar um alimento impróprio ao consumo e afetar a saúde do consumidor, ocasionar a perda da qualidade e da integridade econômica dos produtos.
 - (C) a avaliação sistemática de todas as etapas envolvidas na produção de um alimento específico, desde a obtenção das matérias-primas até o uso pelo consumidor final, visando estimar a probabilidade da ocorrência dos perigos, levando-se também em consideração como o produto será consumido.
 - (D) qualquer ponto, operação, procedimento ou etapa do processo de fabricação ou preparação do produto, onde se aplicam medidas preventivas de controle sobre um ou mais fatores, com o objetivo de prevenir, reduzir a limites aceitáveis ou eliminar os perigos para a saúde, a perda da qualidade e a fraude econômica.
 - (E) todas as ações planejadas e sistemáticas necessárias para prover a confiabilidade adequada de que um produto atenda aos padrões de identidade e qualidade específicos e aos requisitos estabelecidos.
-
38. Sobre a Padronização dos Métodos de Elaboração dos Produtos de Origem Animal, no tocante aos Regulamentos Técnicos de Identidade e Qualidade dos Produtos Lácteos aprovados por Portaria, estão disponíveis
- (A) no Departamento dos Serviços à Plataforma de Cidadania Digital do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
 - (B) no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, subordinado à Secretaria de Defesa Agropecuária.
 - (C) na Coordenação de Informação Documental Agrícola, da Secretaria do Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.
 - (D) na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral.
 - (E) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária.



39. Os estabelecimentos de produtos de abelhas e derivados, para fins de inspeção, fiscalização, vigilância sanitária e comércio interestadual ou internacional, são classificados em
- (A) criadouros na forma de meliponários.
 - (B) entreposto de produtos de origem animal e casa atacadista.
 - (C) unidade de extração de produtos de abelhas e derivados e unidade móvel.
 - (D) unidade de recepção e seleção no estabelecimento processador.
 - (E) unidade de extração e beneficiamento de produtos de abelhas e entreposto de beneficiamento de produtos de abelhas e derivados.
-
40. Para efeito da classificação conforme as características dos estabelecimentos, quanto à inspeção de ovos e seus derivados, observando-se que a designação de "ovo" é entendida como "o ovo de galinha em casca, sendo os demais acompanhados da indicação da espécie de que procedem", a categoria de "entreposto de ovos" corresponde
- (A) ao local destinado ao recebimento, classificação, ovoscopia, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos em natureza, oriundos da própria Granja produtora.
 - (B) ao estabelecimento destinado ao recebimento e industrialização de ovos, enquadrando-se nesta categoria os estabelecimentos construídos especificamente para a finalidade, dispondo somente de unidades de industrialização, não se dedicando a ovos *in natura*.
 - (C) ao estabelecimento destinado ao recebimento, classificação, acondicionamento, identificação e distribuição de ovos em natureza, dispondo ou não de instalações para sua industrialização. Para efeito de produção de conservas de ovos, os estabelecimentos enquadrados nesta categoria devem atender todas as disposições contidas nas presentes normas para as instalações destinadas a produção de conservas de ovos, além das seções de recepção, lavagem, classificação, ovoscopia, com as devidas particularidades adiante especificadas, como também das dependências sociais e auxiliares.
 - (D) a outros estabelecimentos industriais de produtos de origem animal para produção de ovos desidratados e liofilizados, desde que sejam registrados na Secretaria de Inspeção de Produto Animal – SIPA, sob regime de Inspeção Federal permanente, e suas instalações e equipamentos específicos se enquadrarem às presentes normas.
 - (E) ao conjunto constituído de antecâmaras de resfriamento, câmaras ou túneis de congelamento rápido, câmaras de estocagem e local para instalação de equipamento produtor de frio.
-
41. Considerando que as maiores fraudes quanto à inspeção e à comercialização de pescados e derivados, ocorrem em relação às espécies de peixes, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, lançou o Manual de Inspeção para Identificação de Espécies de Peixes e Valores Indicativos de Substituições em Produtos da Pesca e Aquicultura. Este Manual traz uma inovação quanto à
- (A) identificação de substituições de espécies com base na conformação dos miômeros e mioseptos.
 - (B) descrição de caracteres de valor indicativo de substituição também para espécies de peixes nativas comercializadas no Brasil.
 - (C) identificação de espécies aplicando descrições taxonômicas relacionadas ao peixe inteiro.
 - (D) avaliação diferencial de relevância nos cortes comerciais e espécies alvo de substituições na rotulagem.
 - (E) descrição de caracteres com valores indicativos de diferenciação de espécies através da inspeção visual comparativa.
-
42. Conforme o Decreto nº 9.013, de 29 de março de 2017, na inspeção *post mortem* as carcaças e os órgãos dos lagomorfos devem ser condenados, caso sejam constatados pelos médicos veterinários:
- (A) animais parasitados por *Coenurus cerebralis* (cenurose) quando acompanhadas de caquexia.
 - (B) hemoglobínúria bacilar, varíola, septicemia hemorrágica e febre catarral maligna.
 - (C) meningite cerebroespinhal, encefalomielite infecciosa, febre tifoide, durina, mal de cadeiras, azotúria, hemoglobínúria paroxística, garrotilho e quaisquer outras doenças e alterações com lesões inflamatórias ou neoplasias malignas.
 - (D) lesões causadas por doenças hemorrágicas, além da ocorrência de mixomatose, tuberculose, pseudo-tuberculose, pio-septicemia, toxoplasmose, espiroquetose, clostridiose e pasteurelose.
 - (E) erisipela que apresente múltiplas lesões de pele, artrite agravada por necrose ou quando houver sinais de efeito sistêmico.
-
43. No Brasil, ainda prevalece a precariedade das informações relativas às falhas ou falta de registros da vigilância epidemiológica das doenças transmitidas por alimentos, criando muitas dificuldades para a investigação epidemiológica de surtos pelos médicos veterinários. Todavia, pode-se categorizar algumas doenças transmitidas por alimentos, a partir da ingestão de micro-organismos patogênicos como a *Salmonella spp*, *Shigella spp*, *Yersinia enterocolitica* e *Campylobacter jejuni*. Nestes casos especificados, trata-se da categoria de
- (A) toxinfecções.
 - (B) infecções.
 - (C) intoxicações.
 - (D) intoxicações não bacterianas.
 - (E) doenças tropicais negligenciadas.



44. De acordo com a Instrução Normativa MAPA nº 44, de 2 de outubro de 2007, nas Diretrizes Gerais para o desenvolvimento e execução das estratégias do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa – PNEFA, se tornam necessárias algumas ações, tais como:

- I. fortalecimento do sistema de vigilância em saúde animal, considerando a implantação de serviços veterinários oficiais;
- II. realização de análises e avaliações técnicas para caracterização epidemiológica e agro produtiva das regiões envolvidas e para definição das estratégias de erradicação do agente viral.
- III. intensificação da participação de outros setores públicos e privados.

Estas ações concernem às medidas

- (A) de controle dos procedimentos de comercialização e aplicação da vacina contra a febre aftosa.
- (B) prioritárias nas zonas livres.
- (C) gerais e comuns.
- (D) de adoção de procedimentos para monitoramento da condição sanitária dos rebanhos susceptíveis.
- (E) prioritárias nas zonas infectadas.

45. Sobre as normas para a prevenção e o controle da Anemia Infecciosa Equina, é INCORRETO afirmar:

- (A) As ações de campo referentes à prevenção e ao controle da Anemia Infecciosa Equina são de responsabilidade do serviço veterinário oficial de cada unidade federativa.
- (B) As medidas de prevenção e controle da Anemia Infecciosa Equina serão adotadas pelo governo federal de acordo com as condições epidemiológicas gerais do país.
- (C) Em cada unidade federativa deverá ser constituída, por ato do Delegado Federal de Agricultura, uma Comissão Estadual de Prevenção e Controle da Anemia Infecciosa Equina.
- (D) A Comissão Estadual de Prevenção e Controle da Anemia Infecciosa Equina será constituída de 10 membros, sendo 5 titulares e 5 suplentes, entre estes um médico veterinário do Serviço de Sanidade Animal da Delegacia Federal da Agricultura, que será o coordenador.
- (E) A Comissão Estadual de Prevenção e Controle da Anemia Infecciosa Equina também terá como membro um médico veterinário indicado pela Sociedade Estadual de Medicina Veterinária.

46. De acordo com a Instrução Normativa nº 24, de 5 de abril de 2004, que aprova as Normas de Controle e a Erradicação do Mormo, é correto afirmar:

- (A) Os equídeos restantes do rebanho poderão ou não ser submetidos aos testes de diagnóstico para mormo.
- (B) Haverá desinfecção das instalações sem necessidade de serviço veterinário oficial.
- (C) Animais positivos serão sacrificados imediatamente, procedendo-se à incineração ou enterro dos cadáveres no próprio local.
- (D) O sacrifício dos equídeos positivos será realizado por veterinário local contratado temporariamente.
- (E) A interdição da propriedade será suspensa pelo serviço veterinário oficial após o sacrifício dos animais positivos.

47. De acordo com a Instrução Normativa nº 47, de 18 de junho de 2004 que aprova o Regulamento Técnico de Programa Nacional de Sanidade Suídea – PNSS, é medida de importância para a segurança do rebanho suídeo brasileiro para

- I. manter as atividades da suinocultura, desde o produtor de grãos e as fábricas de rações, os fornecedores de insumos e equipamentos.
- II. conservar as agroindústrias de abate e processamento até o mercado de consumo interno que decresceu nas últimas décadas.
- III. manter atividades relacionadas às questões sanitárias mesmo que estas não se configurem como o principal gargalo técnico da suinocultura brasileira.
- IV. manter a busca de soluções que eliminem as doenças dos suínos com a formação de redes internacionais de pesquisa tecnológica.
- V. incentivar a transferência de tecnologia em sanidade de suínos com a implementação de laboratório de diagnóstico de doenças avícolas.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) IV e V.
- (B) I e V.
- (C) II e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.



48. Uma Granja de Reprodutores Suídeos certificada atende integralmente às disposições estabelecidas para a certificação no monitoramento sorológico e na sua classificação sanitária previstos na Instrução Normativa nº 19 de 15 de fevereiro de 2002. São condições básicas a serem atendidas pelas granjas de reprodutores de suídeos objetivando a certificação:
- (A) Estar registrada no setor competente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Possuir cadastro no Serviço Oficial da jurisdição onde esteja localizada.
 - (B) Adotar práticas de biossegurança para evitar a disseminação de doenças na granja somente de animais importados; Possuir assistência médico-veterinária na região.
 - (C) Realizar exames laboratoriais com material do rebanho de herbívoros locais; Implantar programa de limpeza e de vacinações, seguindo seus próprios protocolos.
 - (D) Possuir vestiário com pisos resistentes; Promover a visitação de técnicos com livre trânsito na granja.
 - (E) Dispor de licença do órgão ambiental federal competente para tratamento dos resíduos; Usar água de fonte para o abastecimento da granja, com reservatórios desinfetados uma vez por ano.
49. A Instrução Normativa SDA nº 17, de 7 de abril de 2006, aprova no âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle, abrangendo a atividade de definir os parâmetros de equivalência de *status* sanitário e de níveis de eficiência na execução de atividades dos serviços de defesa sanitária animal, sob a responsabilidade
- (A) do Núcleo Internacional de Epizootias.
 - (B) do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal.
 - (C) do Departamento de Saúde Animal.
 - (D) da Coordenação do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.
 - (E) da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial.
50. Com o objetivo de fortalecer a cadeia produtiva apícola, mediante estratégias de ações referentes à vigilância e à defesa sanitária animal, foi instituído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Programa Nacional de Sanidade Apícola – PNSAp. Tendo em vista a prevenção, diagnóstico, controle e erradicação de doenças e pragas capazes de causarem danos à cadeia produtiva apícola, conforme a Instrução Normativa nº 16, de 8 de maio de 2008, o PNSAp deve promover as seguintes atividades:
- (A) educação sanitária; estudos epidemiológicos; controle do trânsito; cadastramento, fiscalização e certificação sanitária; intervenção imediata quando da suspeita ou ocorrência de doença ou praga de notificação obrigatória.
 - (B) autorizar as importações quando as abelhas rainhas e as operárias que as acompanham não tenham apresentado, no momento de embarque, sinais clínicos de doenças contagiosas e parasitárias.
 - (C) aprovação do Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade do Mel e sua classificação.
 - (D) expedição de Certificado Veterinário Internacional para a Exportação de Abelhas Rainhas e Produtos Apícolas aos Estados Partes.
 - (E) aprovar os regulamentos técnicos de identidade e qualidade de apitoxina, cera de abelha, geleia real, geleia real liofilizada, pólen apícola, própolis e extrato de própolis; incorporar ao ordenamento jurídico nacional os Requisitos Zoossanitários para a importação de abelhas rainhas e produtos apícolas destinados aos Estados Partes.
51. De acordo com a Portaria nº 162, de 18 de outubro de 1994, especificamente aos bovinos e bubalinos na emissão da Guia de Trânsito Animal, com referência à febre aftosa, os médicos veterinários devem observar vários requisitos, entre os quais:
- (A) vacinação, de acordo com as normas vigentes, realizada no máximo até 6 meses antes do início do certame; procedência de estabelecimento onde, nos 60 dias anteriores ao início do certame, não tenha sido constatado nenhum caso de febre aftosa, assim como nas circunvizinhanças do mesmo, nos 30 dias anteriores.
 - (B) prova de soro-aglutinação negativa, efetuada até 60 dias antes do início do certame, exceto para machos bovinos e bubalinos para cria, recria ou engorda, castrados ou não, cujo destino final seja o abate, ou para abate imediato; no caso de fêmeas com até 30 meses de idade, vacinadas entre 3 e 8 meses de idade com vacina B-19, o teste laboratorial pode ser substituído pelo atestado de vacinação.
 - (C) inoculação intradérmica efetuada até 60 dias antes do início do certame para bovinos e bubalinos com 12 meses ou mais de idade, exceto para bovinos e bubalinos para cria, recria ou engorda, cujo destino final seja o abate, ou para abate imediato.
 - (D) vacinação efetuada entre o mínimo de 15 dias e o máximo de 180 dias antes da data do início do certame, quando for o caso, de acordo com a situação epidemiológica da doença, procedentes de entidades controladas.
 - (E) procedência de estabelecimento onde, nos 60 dias anteriores ao início do certame, não tenha sido constatado nenhum caso de febre aftosa, assim como nas circunvizinhanças do mesmo, nos 30 dias anteriores.
52. A proibição, em todo o território nacional, da produção, da comercialização e da utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal foi instituída pela Instrução Normativa nº 8, de 25 de março de 2004, que EXCLUI da proibição prevista na Instrução anterior, o produto
- (A) ovo em pó destinado à alimentação de não ruminantes.
 - (B) ovo em pó destinado à alimentação de animais.
 - (C) orgânico em natura destinado à alimentação de ruminantes.
 - (D) ovo em pó destinado à alimentação de ruminantes.
 - (E) derivado de resíduos de suínos destinados à alimentação de ruminantes.



53. A Instrução Normativa nº 10, de 3 de março de 2017, estabelece o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal – PNCEBT e define os procedimentos de defesa sanitária animal a serem adotados. O Regulamento trata do diagnóstico indireto da tuberculose que usa testes alérgicos de tuberculinização intradérmica em bovinos e bubalinos. Os resultados em bovinos obedecem a Tabela Interpretação do teste cervical simples em bovinos, conforme abaixo.

Características da Reação			
ΔB (mm)	Sensibilidade	Consistência	Outras alterações
0 a 1,9	–	–	–
2,0 a 3,9	pouca dor	endurecida	delimitada
2,0 a 3,9	muita dor	macia	exsudato, necrose
$\geq 4,0$	–	–	–

Sobre a interpretação dos resultados na tabela, é correto afirmar:

	ΔB (mm)	Sensibilidade	Consistência	Outras alterações
A	0 a 1,9 – negativo	2,0 a 3,9 com pouca dor – positivo	2,0 a 3,9 com muita dor – positivo	$\geq 4,0$ – positivo
B	0 a 1,9 – inconclusivo	2,0 a 3,9 com pouca dor – inconclusivo	2,0 a 3,9 com muita dor – positivo	$\geq 4,0$ – positivo
C	0 a 1,9 – inconclusivo	2,0 a 3,9 com muita dor – inconclusivo	2,0 a 3,9 com muita dor – positivo	$\geq 4,0$ – positivo
D	0 a 1,9 – negativo	2,0 a 3,9 com pouca dor – inconclusivo	2,0 a 3,9 com muita dor – positivo	$\geq 4,0$ – negativo cego
E	0 a 1,9 – negativo	2,0 a 3,9 com pouca dor – inconclusivo	2,0 a 3,9 com muita dor – positivo	$\geq 4,0$ – positivo

54. A Instrução Normativa MPA nº 4, de 4 de fevereiro de 2015, instituiu o Programa Nacional de Sanidade de Animais Aquáticos de Cultivo – Aquicultura com Sanidade, sendo que o transporte de animais aquáticos, seu material de multiplicação e matéria-prima suspeitos ou acometidos por doenças parasitárias, infecciosas ou transmissíveis, poderá ocorrer quando

- I. destinados ao abate em estabelecimento submetido à inspeção oficial.
- II. previsto em plano de contingência oficial ou legislação específica.
- III. destinado para diagnóstico, pesquisa científica ou tecnológica, seguido da adequada destinação dos resíduos gerados.
- IV. autorizada pelo Serviço Veterinário Oficial, após a realização de avaliação de risco.

Essas diretrizes estão contidas no Capítulo

- (A) Das Boas Práticas de Aquicultura, Profilaxia e Biossegurança.
- (B) Do Transporte Nacional.
- (C) Dos Estabelecimentos de Quarentena.
- (D) Da Despesca de Animais Destinados ao Abate.
- (E) Da Vigilância Epidemiológica e Informação Zoossanitária.

55. Na Instrução Normativa nº 50, de 24 de setembro de 2013, são doenças erradicadas ou nunca registradas no País, que requerem notificação imediata de caso suspeito ou diagnóstico laboratorial – Múltiplas Espécies:

- (A) Doença de Newcastle; Laringotraqueíte não infecciosa aviária; Salmonella.
- (B) Clamidiose; Doença de Nairobi; Peste dos grandes ruminantes.
- (C) Encefalomielite por bactéria Nipah; Doença vesicular suína; Gastroenterite transmissível.
- (D) Brucelose; Encefalite japonesa; Peste bovina.
- (E) Maedi-visna; Peste equina; Condriose.

56. A preocupação no Brasil com a qualidade dos alimentos de origem animal, como o leite e seus derivados surge na segunda metade do século XX e, até os dias de hoje, é observada com atenção em todos os Estados brasileiros. A base das Normas higiênicas-sanitárias e tecnológicas para leite e produtos lácteos. De acordo com a Portaria nº 4, 3 de janeiro de 1978, NÃO considera, principalmente,

- (A) que a expedição atende um fluxograma operacional em relação à fabricação do produto do estabelecimento, com necessidade de controle físico-químico.
- (B) o funcionamento das instalações, sua localização adequada e próxima a um curso d'água intermitente para receber as águas residuais tratadas.
- (C) a evolução do parque industrial de laticínios.
- (D) os aspectos de saúde pública diretamente relacionados com a higiene do pessoal, instalações, dependências e equipamentos dos estabelecimentos de laticínios sob Inspeção Federal.
- (E) a importância do controle de qualidade sobre as matérias-primas, produtos e subprodutos de laticínios.



57. A Portaria nº 210, de 10 de novembro de 1998, aprova em seu artigo 1º, o Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves. Este regulamento compreende
- (A) destinos e critérios de julgamento em aves; adoção de ações mínimas de biossegurança, definidas pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola, nos estabelecimentos avícolas comerciais.
 - (B) inspeção tecnológica e higiênico-sanitária de carne de aves; armazenamento e transporte de matérias-primas e produtos acabados; estabelecimento de requisitos de higiene (saneamento dos estabelecimentos).
 - (C) esquema de trabalho do serviço de inspeção federal nos matadouros de aves; manejo pré-abate e abate humanitário; programa de autocontrole em bem-estar animal.
 - (D) movimento mensal de destinação das aves abatidas passadas pela inspeção final; sistema de combate às pragas; armazenamento de substâncias perigosas.
 - (E) instalações e equipamentos relacionados com a técnica de inspeção *ante mortem* e *post mortem*; higiene do ambiente da inspeção *ante mortem* e *post mortem*; anexo inspeção *post mortem*.
-
58. A Portaria MAPA nº 368, de 4 de setembro de 1997, aprovou
- (A) o Protocolo de Ouro Preto.
 - (B) a Resolução MERCOSUL/GMC nº 91/1993.
 - (C) o Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores/Industrializadores de Alimentos.
 - (D) a Decisão nº 4/1991 do Conselho do Mercado Comum.
 - (E) o *Codex Alimentarius* – Código Internacional Recomendado de Boas Práticas: Princípios Gerais de Higiene dos Alimentos.
-
59. De acordo com a Instrução Normativa MAPA, nº 3, de 17 de janeiro de 2000, os métodos de insensibilização para o abate humanitário dos animais classificam-se em:
- (A) método elétrico: pneumático atordoador; tanger com choque elétrico; uso da choupa; sangria (veia jugular e carótida), sem estados de atordoamento ou insensibilização.
 - (B) monitoramento da posição dos eletrodos no caso de insensibilização elétrica; intervalos de tempo entre a contenção e o fim da insensibilização e entre a insensibilização e a sangria; seção das artérias carótidas e/ou do tronco bicarótico.
 - (C) método de insensibilização através de pequeno golpe no crânio: efetuado com eficácia, de modo a resultar num estado de consciência imediata; sangria; do cérebro, para identificar o efeito da ação mecânica.
 - (D) método mecânico percussivo penetrativo ou não penetrativo; elétrico ou eletronarcose; exposição à atmosfera controlada com dióxido de carbono ou com mistura de dióxido de carbono e gases do ar, para levar a estados de atordoamento ou insensibilização.
 - (E) operação de sangria: os animais não devem ser tratados com crueldade; os animais não podem ser estressados desnecessariamente; a sangria deve ser a mais rápida e completa possível; as contusões na carcaça devem ser mínimas; o método de sangria deve ser higiênico, econômico e seguro para os operadores.
-
60. Dentre outros, são princípios estabelecidos no Decreto Estadual nº 30.388, de 15 de outubro de 2014:
- (A) Aplicar preceitos do bem-estar animal no carregamento antes e durante o transporte, na quarentena, e no abate; e executar programas de combate à fraude nos produtos de origem animal.
 - (B) Ter foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais; promover a preservação da saúde humana e ambiental, promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva; sustentabilidade e geração de emprego e renda no campo.
 - (C) Executar o programa de controle de resíduos de produtos de uso veterinário e contaminantes em produtos de origem animal; elaborar e executar programas de combate à fraude nos produtos de origem animal nos locais especificados.
 - (D) A produção de origem animal com o respectivo registro nos estabelecimentos da agroindústria familiar, de pequeno porte ou artesanal.
 - (E) A inclusão de uma nova classificação à principal quando o estabelecimento possuir mais de uma atividade.